

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DE BRASÍLIA

Class.:

381Data 23/10/80

Pg.:

Coronel ameaça punir indigenistas da Funai com LSN

Indigenistas da Funai protocolaram um documento no Ministério do Interior e foram ameaçados pelo Coronel Ivan Zanoni, do Departamento Geral de Planejamento Comunitário-DGPC, de serem demitidos ou enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No documento protocolado para o ministro do Interior, os dirigentes denunciam algumas atitudes da Funai, entre elas o convênio feito entre o órgão tutor e o Governo do Rio Grande do Sul, "que ferem os interesses e direitos das populações kaingang e guarani, visto que a Funai descharacteriza-se da condição de órgão federal, competente para exercer a tutela e passa a mero colaborador de trabalho que lhe cabe".

Com 18 itens de denúncia, os indigenistas afirmam que a Funai vem exercendo frequentes atos de repressão e ameaças de viva voz aos índios pelo presidente do órgão tutelar, coronel Nobre da Veiga. Além destas ameaças, observam, a Funai ocupou militarmente o Posto Indígena de Boca do Acre "na tentativa unilateral de reprimir os índios daquele posto, de requererem a ampliação da reserva"; manutenção do arrendamento das terras dos kadiweus; descaso da agência tutelar em relação aos crimes cometidos contra os kaingang, de Nonoai, Mangueirinha, guajajara, de Barra do Corda, tikuna, do alto Solimões, apurinã, de Lábrea e pan-kararé, da Bahia".

Defendendo-se das acusações feitas pelos coronéis da Funai que consideram muitos destes indigenistas como seguidores de "ideologias estranhas" (comunismo), os funcionários afirmam que desejam apenas o cumprimento do Estatuto do Índio e acusam os atuais dirigentes de incapazes afirmando que "devido à extrema complexidade, o trabalho indigenista requer pessoas capacitadas. Críticas ideológicas a indigenistas que dedicam não apenas seu tempo funcional, conforme regime trabalhista instituído, mas suas vidas, tendo inclusive sido preparados pela Funai para tal função, fazem crer no desinteresse dos seus dirigentes por uma assistência séria e coerente, já que isto está levando a demissões de servidores altamente qualificados".

Depois de enumerarem as denúncias, os indigenistas sugerem ao ministro Andreazza "uma Funai dirigida e administrada por homens públicos de comprovada postura e experiência indigenista e a reintegração imediata dos servidores demitidos ou forçados a se demitir".

DESAUTORIZA

A Funai distribuiu ontem uma nota desautorizando o encontro dos líderes indígenas que se realizará em Brasília a partir de amanhã. Informa o órgão tutelar que todas as despesas de transporte, alojamento e alimentação cabem exclusivamente aos promotores da reunião e "em caso de acidente envolvendo indígenas, responsabilizará judicialmente as pessoas ou instituições que direta ou indiretamente promovem deslocamentos de índios de suas comunidades de origem".

ATO PÚBLICO

Num ato público realizado no centro da cidade, com a participação de mais de 600 pessoas, o cacique dos índios tupiniquins, José Sizenando, pediu o apoio da população na proteção das terras da tribo no município de Aracruz e denunciou que a demarcação iniciada pelos próprios indígenas foi embargada pela Funai e Polícia Federal.

O ato público foi promovido pela comissão de apoio e solidariedade à causa indígena no Espírito Santo. O advogado Ewerton Guimarães afirmou que "a mobilização popular é necessária para garantir o direito do índio e a demarcação".